

GRUPO DE PESQUISA EM CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS ANALÍTICOS

JUS SCRIPTUM
INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW

a. 20 • v. 10 • dossier • 202

18 **Ana Clara Macário Silva**

O império das big techs e a ascensão de grupos autoritários: o uso hegemônico da tecnologia no controle de comportamento

47 **Ana Cristina Rodrigues Furtado**

O backlash impróprio e os diálogos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional

80 **Bárbara Costa Leão**

Máquina de lucro: o ímpeto reformador da razão neoliberal e a atuação para recepção constitucional na aceitação sociopolítica das privatizações

111 **Benício Fagner dos Santos**

Populismo autoritário e a crise dos direitos sociais no constitucionalismo brasileiro

142 **Clara Oliveira Lucena da Cunha**

O controle de constitucionalidade no Brasil e na França: uma análise comparativa a partir da Quinta República

167 **Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho**

Conflito constitucional socioeconômico enquanto categoria de análise da episteme crítico-dialética na pesquisa em Direito Constitucional

248 **Francisco Jeferson Inácio Ferreira**

O STF e o diálogo institucional: o diálogo como alternativa à dificuldade de impor suas decisões

268 **Gênia Darc de Oliveira Pereira**

Estado ambiental de direito: a dificuldade de conciliar as políticas ambientais e o interesse social

284 **Ingrid Maria Pereira Fortaleza**

Entre a Constituição e o Anteprojeto: conflitos socioambientais nas perspectivas do Poder Constituinte de 1988 e da Comissão Afonso Arinos

329 **Jailson Barbosa da Silva**

Neoliberalismo e a dimensão racial dos conflitos constitucionais socioeconômicos pós-2008

- 353 **José Sarto Fulgêncio de Lima Filho**
Juristas e mitos: ecos de Francisco Campos na ascensão de Bolsonaro no Brasil
- 396 **Laysa Gomes de Lima**
A dicotomia entre legislador positivo e negativo: um estudo de caso em terras indígenas como conflito entre a ordem social e o imperativo econômico
- 434 **Maria das Graças do Nascimento**
A dicotomia globalização financeira versus vazio regulatório: desafios para o Estado Democrático de Direito no conflito constitucional socioeconômico para consolidação de direitos fundamentais
- 458 **Rômulo Dornelas Pereira**
O liberalismo e a democracia às avessas: a construção de uma institucionalidade antipovo no Estado (anti)democrático de direito
- 495 **Salatiel Irineu Gonçalves Cristino**
O controle de constitucionalidade como arena para conflitos constitucionais socioeconômicos: meio ambiente versus desenvolvimento econômico no STF
- 538 **Sinhara Sthefani Diógenes Dantas**
Conflito constitucional socioeconômico e (sub)representação feminina na política brasileira: alterações constitucionais como meio de adaptação aos valores neoliberais
- 558 **Joice Alves Dias Borges**
Precarização das relações laborais como imperativos categóricos dos valores de Washington aplicados na periferia do capitalismo
- 582 **Maria Edna Nascimento Pinheiro Gonçalves**
Entre o presidencialismo de coalizão e o parlamentarismo de coação: estudo sobre a construção do semipresidencialismo como consenso hegemônico dos aparelhos ideológicos de Estado no Brasil

JUS SCRIPTUM'S

INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW

REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO

CONFLITOS CONSTITUCIONAIS SOCIOECONÔMICOS

Analíticos do Grupo de Pesquisa em
Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2025

a. 20 v. 10 d. 2
EDIÇÃO ESPECIAL

Jus Scriptum's International Journal of Law

Revista Internacional de Direito do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano 20 • Volume 10 • Edição Especial • 2025

Analíticos do Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

Periodicidade Trimestral

ISSN 1645-9024

Equipe Editorial

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho de Gestão – Executive Board

Camila Franco Henriques

Cláudio Cardona

Daniel Daher

Leonardo Castro De Bone

Patrícia Ferreira de Almeida

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

André Saddy, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (BRA)

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Edvaldo Brito, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (BRA)

Fernanda Martins, Universidade do Vale do Itajaí (BRA)

Francisco Rezek, Francisco Resek Sociedade de Advogados (BRA)

Janaína Matida, Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado (CHI)

Lilian Márcia Balmant Emerique, Faculdade Nacional de Direito - UFRJ (BRA)

Luciana Costa da Fonseca, Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA (BRA)

Maria Cristina Carmignani, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (BRA)

Maria João Estorninho, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Rosado Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Paula Vaz Freire, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Rute Saraiva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Sergio Torres Teixeira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (BRA)

Susana Antas Videira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Corpo de Avaliadores – Peer Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Caroline Lima Ferraz
César Fiúza
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone
Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre
Silvia Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

Grupo de Pesquisa em Conflitos Constitucionais Socioeconômicos

FEV/2025-MAIO/2025

Prof. Doutor Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho, Coordenador Científico

Dra. Patrícia Ferreira de Almeida, Coordenadora Executiva

Ana Clara Macário Silva

Ana Cristina Rodrigues Furtado

Bárbara Costa Leão

Benício Fagner dos Santos

Clara Oliveira Lucena da Cunha

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Francisco Jeferson Inácio Ferreira

Gênia Darc de Oliveira Pereira

Laysa Gomes de Lima

Ingrid Maria Pereira Fortaleza

Jailson Barbosa da Silva

José Sarto Fulgêncio de Lima Filho

Maria das Graças do Nascimento

Rômulo Dornelas Pereira

Salatiel Irineu Gonçalves Cristino

Sinhara Sthefani Diógenes Dantas

EDITORIAL

Leader

A *Jus Scriptum's International Journal of Law* apresenta, no volume 10 de 2025, uma edição temática dedicada aos conflitos constitucionais socioeconômicos. O sentido deste número – e, mais amplamente, o seu lugar no percurso editorial do periódico – torna-se mais inteligível quando se adota uma chave de leitura que combine (i) a história institucional da revista e (ii) a continuidade das questões que, em diferentes momentos, atravessaram seus dossiês e artigos.

Desde as primeiras edições, vinculadas ao Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, delineou-se uma orientação editorial que privilegia a circulação qualificada da pesquisa jurídica e o intercâmbio científico no espaço lusófono, com especial abertura ao comparatismo e a abordagens transnacionais. Tal vocação não se exprime apenas por afinidades geográficas ou linguísticas, mas sobretudo por uma aposta metodológica: a de que a inteligibilidade dos fenômenos jurídicos contemporâneos exige, cada vez mais, uma análise que articule instituições, economia política e estrutura social.

É precisamente nesse plano de articulação – entre normatividade constitucional e fricções estruturais – que a presente edição se inscreve. Com efeito, as edições anteriores do periódico, ao longo dos anos, consolidaram uma pauta que, ainda que

Sebastián, País Basco, Espanha. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN na linha de Educação, Política e Práxis Educativa. Mestre em Sociedade Democrática, Estado e Direito pela Universidade do País Basco - EHU/UPV - Donostia/San Sebastián – País Basco/Espanha. Coordenador do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico - Direito/URCA – LACÔNICO.

sob rótulos diversos, converge para um núcleo problemático comum: a forma pela qual tensões socioeconômicas se convertem em controvérsias jurídicas, reconfiguram o papel das instituições e tensionam os compromissos constitucionais com direitos, democracia e justiça material.

A edição ora publicada aprofunda esse fio de continuidade ao eleger, como eixo unificador, a categoria analítica de “conflito constitucional socioeconômico”, proposta como instrumento de leitura crítico-dialética das contradições entre ordem econômica e ordem social. Ao fazê-lo, o volume explicita uma premissa decisiva: a Constituição não opera como simples técnica de pacificação, mas também como arena de disputa – disputa interpretativa, disputa institucional e, em última análise, disputa sobre projetos de sociedade.

No plano institucional, esta publicação é inseparável da cooperação técnico-científica firmada no início de 2025 com o LACÔNICO – Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Cariri –, bem como da constituição de um grupo de estudo e pesquisa sob coordenação científica do Prof. Dr. Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho. O itinerário de encontros e debates descrito no prefácio – abrangendo história constitucional comparada, crítica da razão neoliberal, questão climatoambiental, diálogos institucionais e fundamentação materialista histórico-dialética – fornece a matriz de inteligibilidade que estrutura os trabalhos reunidos.

Do ponto de vista da composição, a edição congrega dezoito artigos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores vinculados a universidades públicas brasileiras, em níveis de graduação, mestrado e doutorado, em torno de eixos temáticos que abrangem história constitucional e direito comparado, diálogos institucionais e o

neoliberalismo como força motriz dos conflitos socioeconômicos. Nesse conjunto, destacam-se recortes que tematizam, de modo particularmente atual, a emergência climática e a atuação das big techs, com referência a controvérsias jurídicas e políticas que marcaram o ano de 2025.

Sob o prisma dogmático-institucional, vários textos convergem para um ponto nevrálgico: o controle de constitucionalidade e o lugar das cortes – notadamente o Supremo Tribunal Federal – como instância de mediação (e, por vezes, de intensificação) de conflitos entre poderes e entre interesses socioeconômicos contrapostos. Nessa mesma linha, a discussão sobre diálogos institucionais e sobre backlash evidencia que a dinâmica constitucional contemporânea não se resolve apenas por declarações de validade/invalidade, mas envolve reações políticas, reacomodações normativas e estratégias de estabilização institucional.

Em termos mais amplos, a edição reafirma uma tese que atravessa o projeto do grupo: as contradições constitucionais socioeconômicas não são meramente acidentais, nem se exaurem em desvios de aplicação. Elas exprimem fraturas estruturais de sociedades marcadas por assimetrias de poder, por disputas distributivas e por racionalidades econômicas que pressionam a moldura constitucional – seja por reformas, seja por reinterpretações, seja por seletividades práticas na concretização de direitos.

Ao publicar este volume, a *Jus Scriptum's International Journal of Law* reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica, com a interdisciplinaridade e com a cooperação científica transnacional. Mais do que oferecer um repositório de textos, a revista busca consolidar um espaço de elaboração crítica: um lugar em que categorias analíticas, métodos e diagnósticos possam ser testados diante das

exigências contemporâneas de compreensão do direito em sua concretude histórica, institucional e socioeconômica.

Que esta edição contribua, assim, para a maturação do conflito constitucional socioeconômico como categoria heurística relevante e, simultaneamente, para o fortalecimento de uma cultura jurídica capaz de reconhecer – com precisão conceitual e responsabilidade pública – os nexos entre Constituição, economia política e democracia no contexto lusófono.

Cláudio Cardona[†]
Diretor da Revista

[†] Jurista. Visa Officer na Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa. Mestrando em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Conselheiro Académico da mesma Faculdade desde 2021. Foi estagiário de pesquisa na Juristische Fakultät da Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU), entre setembro de 2023 e setembro de 2024.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e possui pós-graduação em Processo Civil Contemporâneo. Entre 2016 e 2025, exerceu advocacia e consultoria jurídica.

Entre 2021 e 2024, foi Diretor da International Journal of Law, revista científica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. No Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da mesma Faculdade, desempenhou vários cargos entre 2018 e 2025, incluindo Diretor, Presidente, Presidente da Assembleia, Presidente do Conselho Superior e Presidente do Conselho Fiscal. Foi ainda Conselheiro Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2019–2021), Vice-Presidente do Núcleo de História do Direito (2020–2021) e Vice-Presidente do Núcleo Académico de Lisboa do IBDFAM (2019–2020).